



Pedagogias ecológicas e decoloniais em rede: o movimento CSA como comunidade de aprendizagem

Ecological and decolonial pedagogies in networking: CSA movement as a learning community

Ana Tereza REIS DA SILVA^{1*}, Ana Braga DORNELES¹

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

* E-mail de contato: anaterzareis@unb.br

Artigo recebido em 30 de agosto de 2020, versão final aceita em 15 de julho de 2021, publicado em 3 de junho de 2022.

RESUMO: Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é uma organização associativa voltada para a produção e o consumo de alimentos saudáveis, baseada em mercado justo, sustentabilidade e justiça socioambiental. Neste artigo, focalizamos a dimensão pedagógica dessa experiência, um aspecto ainda pouco explorado nos estudos dedicados ao tema. A partir de narrativas e notas registradas durante pesquisa de campo realizada em duas CSAs brasilienses (Doce Vida e Fazenda Bella), buscamos demonstrar como essas iniciativas constituem comunidades de aprendizagem que exibem pedagogias ecológicas, decoloniais e em rede. Constatamos que aí se ensinam-aprendem alternativas locais de produção e circulação do alimento, relações solidárias entre produtores e consumidores, práticas e saberes alimentares, reciprocidades entre culturas e naturezas.

Palavras-chave: pedagogias ecológicas e decoloniais; comunidade de aprendizagem; Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA).

ABSTRACT: The Community that Sustains Agriculture – Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) – is an associative organization for the production and consumption of healthy food products, based on fair market, sustainability, and socio-environmental justice. In this paper, we focus on the pedagogical dimension of that experience, an aspect that has not been analyzed deeply in the literature on the matter. Drawing on narratives and field notes produced in the ambitus of two CSA of Brasília city (Doce Vida e Fazenda Bella), we seek to show how those initiatives constitute “learning communities” and use “ecological-decolonial pedagogies in-network.” In those CSA, we perceive the existence of local production and circulation of food products alternatives, solidary relations among producers and consumers, communal nourishment practices and knowledge, and reciprocity among cultures and natures.

Keywords: ecological and decolonial pedagogies; learning communities; Communities Sustaining Agriculture (CSA).

1. Introdução

A encruzilhada ecológica e civilizatória em que nos encontramos é, sabidamente, consequência de uma forma de organizar a sociedade e a economia, de um modo de conceber o mundo e de estar nele (Acosta, 2016). Algo que se traduz, dentre outras coisas, na expropriação sem limites da natureza, na mercantilização extrema de tudo quanto é vivo e na subjugação de povos e modos de vida que resistem ao sistema de produção capitalista. Em resposta, temos visto emergirem e se fortalecerem, em países do Norte e do Sul Global, experiências que oferecem alternativas a essa lógica hegemônica de economia e desenvolvimento.

É nesse contexto que se insere a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), uma organização associativa que, por meio de relações solidárias entre produtores e consumidores, constrói alternativas de consumo e produção saudável de alimentos e comércio justo. Na literatura dedicada ao tema, a CSA é definida como uma “tecnologia social inovadora” voltada para a produção colaborativa da existência, visando à construção de um *ethos* social que se contraponha à lógica mercantilista do lucro a qualquer custo e do alimento como mercadoria. São experiências que buscam, ademais, “dimensões agroecológicas e socioculturais do local, em contraposição aos mercados globais, impessoais e padronizados em larga escala” (Junqueira & Morretti, 2018, p. 517).

Com efeito, o que é intercambiado no âmbito da CSA transcende a dimensão material do alimento e envolve também trocas simbólicas de valores,

práticas e saberes, o que remete ao caráter pedagógico dessas experiências. Aí se observam condutas coletivas que oferecem resistência aos modelos convencionais de gestão do alimento, novas práticas de mercados locais de circuitos curtos (venda direta), reconexão com a natureza e valorização de saberes identitários e territoriais (Aubry & Chiffolleau, 2009).

Contudo, conforme constatamos em levantamento bibliográfico preliminar, a dimensão pedagógica dessas iniciativas constitui um aspecto ainda pouco explorado nas pesquisas e estudos do campo. Dos 13 trabalhos acadêmicos que mapeamos – entre teses, dissertações e artigos científicos sobre experiências brasileiras –, em apenas dois deles encontramos reflexões sobre o potencial educativo da CSA (Benini, 2018; Oliveira, 2018).

Este artigo visa responder a essa lacuna. Para tanto, analisamos a CSA como comunidade de aprendizagem, isto é, como uma experiência compartilhada onde se ensinam-aprendem alternativas locais de produção e circulação do alimento, relações solidárias entre produtores e consumidores, práticas e saberes alimentares, reciprocidades entre culturas e naturezas. Seguindo essa linha argumentativa e visando expandir o horizonte compreensivo acerca do caráter educativo da CSA, temos nomeado essas trocas materiais e simbólicas que aí se dão como *pedagogias próprias* ou *pedagogias ecológicas, decoloniais e em rede*.

Os dados que informam as análises aqui empreendidas foram coletados ao longo de dois anos (2019 e 2020), em que estivemos acompanhando e participando ativamente das experiências de duas

CSAs brasilienses (Doce Vida e Fazenda Bella). Nossas interlocuções se deram principalmente com 2 famílias agricultoras, 20 famílias consumidoras e, ainda, com 9 pessoas envolvidas na gestão da Rede CSA Brasília – grupo que conta com a atuação de consumidoras e agricultoras de diferentes CSAs do Distrito Federal.

As análises estão referenciadas em notas de diário de campo e nas narrativas de agricultoras e consumidoras que foram registradas por meio de diálogos informais, rodas de conversa e entrevistas, em diferentes espaços e atividades coletivas: durante as entregas semanais das cestas de alimentos, nas visitas e trabalhos nas roças das famílias agricultoras, no acompanhamento das reuniões mensais do grupo de gestão e nas discussões dos grupos de WhatsApp.

Além desta Introdução, Considerações Finais e Referências, o artigo conta com três seções. Na primeira, apresentamos um breve histórico da CSA pelo mundo, situando-a como um movimento ecologicamente implicado e destacando sua chegada em Brasília, onde assume os contornos de uma experiência em rede. Na segunda seção, descrevemos as singularidades das duas experiências brasilienses que acompanhamos, indicando os desafios e as contradições que elas suscitam. Na terceira seção, refletimos sobre a potência educativa da CSA e sobre os aspectos que nos permitem pensá-la como

uma comunidade de aprendizagem que exhibe uma pedagogia própria, mais precisamente uma pedagogia ecológica, decolonial e em rede.¹

2. CSA: um breve histórico

O processo de modernização da produção agrícola, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, está diretamente relacionado à emergência da segurança alimentar como tema de grande interesse social e político. Sob o pretexto de expandir a oferta de alimentos, a chamada Revolução Verde visava ao desenvolvimento e à adoção de novos insumos agrícolas: maquinários, equipamentos dependentes de combustíveis fósseis, sementes fabricadas em laboratório e químicos sintéticos. Essa conversão de tecnologias de guerra para a modernização da produção agrícola, visando garantir alto rendimento, produtividade e eficiência, acarretaria consequências ambientais graves e de longa duração.

A crença de que o progresso técnico-científico continha as respostas para todos os problemas humanos levou não apenas a uma exploração ilimitada da natureza e a um crescente processo de mercantilização e artificialização da vida, mas, também, a uma banalização e relativização dos efeitos do desenvolvimento. Queimadas e desmatamentos, perda da biodiversidade, exaustão de recursos fósseis, contaminação dos solos e das águas passaram

¹ Neste artigo, usaremos o gênero feminino para identificar pessoas e coletivos, à exceção de situações em que a identificação esteja clara, como em citações literais, por exemplo. Essa opção se justifica, em primeiro lugar, porque as experiências sobre as quais falaremos são sustentadas, em grande medida, pelo protagonismo de mulheres. Consequentemente, e em segundo lugar, essas experiências evocam uma reconexão com o feminino como força vital: a mãe terra, o grande ventre sagrado que sustenta a vida no planeta. Com esse gesto, queremos destacar o valioso trabalho de todas as mulheres que se dedicam, em diferentes frentes, ao cultivo do alimento, ao cuidado da vida e à construção de outros mundos possíveis. Esse gesto é também uma forma de reverenciar o feminino que habitamos e que nos habita: a Pachamama, a nossa casa comum, que nos nutre e nos acolhe.

a ser vistos como um mal “inevitável e necessário”, que poderia ser mitigado pelo avanço tecnológico (Shiva, 2001; Veiga, 2010). Nos termos desse ideário, desenvolvimento é sinônimo de crescimento e a natureza é tão somente uma fonte de recursos naturais inesgotável à serviço das necessidades humanas; em consequência, os custos ambientais e sociais que se acumulam nesse percurso não impõem limites ao caminho civilizatório.

Os alertas que indicavam uma crise ecológica planetária sem precedentes vieram de diversos campos da comunidade científica, dentre os quais, são exemplos emblemáticos a obra Primavera Silenciosa (Carson (2010), publicada originalmente em 1962, que denunciava os efeitos devastadores da indústria química sobre os ecossistemas da terra; e o Relatório do Clube de Roma (Meadows *et al.*, 1972) que alertava para a necessidade de observância dos limites ambientais ao crescimento econômico.

Desde então, as críticas advindas dos mais diferentes campos do conhecimento chamam a atenção para o fato de que o avanço técnico-científico não só não foi capaz de mitigar os impactos ambientais do progresso, como o desenvolvimento a ele associado amplia e aprofunda velhas desigualdades (Beck, 2010). Indicam, ainda, que o consumo e à produção em larga escala estão diretamente ligados ao colapso dos ecossistemas, ao aumento da fome no mundo, ao acirramento da violência no campo em razão dos deslocamentos forçados de comunidades campesinas e povos autóctones, da exploração de suas terras e expropriação dos seus territórios ancestrais (Cavalcanti, 2012).

Os movimentos que surgem em resposta a esse caminho civilizatório em colapso buscam construir alternativas dentro e fora do *establishment*. Aí se inserem, por um lado, as apostas em desenvolvi-

mento “eficiente (sustentado) [...] acompanhado de melhoria das condições sociais” (Romeiro, 2012, p. 69), que buscam conciliar o respeito aos limites biofísicos da natureza e a promoção de justiça socioambiental (Alier, 2011). Por outro, emergem as alternativas ao desenvolvimento que propõem rupturas radicais com o modelo hegemônico de produção e de consumo, dentre as quais, podemos citar a ideia de *decrescimento sereno* (Latouche, 2009) e a valorização dos projetos de vida e das práticas de *bem viver* de povos autóctones (Acosta, 2016).

É nesse contexto mais geral de formulação de alternativas que surgem as Comunidades que Sustentam a Agricultura. As primeiras experiências que se aproximam do que hoje conhecemos como movimento CSA surgiram no Japão nos anos de 1960, no contexto do milagre econômico japonês. Preocupadas com a acelerada industrialização da vida e com a intensificação do uso de veneno na agricultura, mulheres japonesas se mobilizaram em um *Seikatsu Club* (Clube da Vida), que constitui uma “parceria” (*Teikei*) voltada para a produção da “comida com a cara do agricultor” (Henderson & Van En, 2007).

Na Europa e nos Estados Unidos, o movimento foi fortemente inspirado pela noção de economia associativa, do filósofo austríaco Rudolf Steiner, e pela agricultura biodinâmica. Na América Latina, o movimento iniciou primeiramente no Chile, no final dos anos de 1980, logo após o fim da ditadura Pinochet, momento em que o país atravessava uma profunda crise econômica. As *Canastas Comunitarias Utopía*, como ficaram conhecidas, funcionaram como associações de consumidoras de baixa renda que se relacionavam de forma solidária com produtoras da agricultura familiar, comunidades indígenas, cooperativas e com uma central de distribuição

regional (Preiss, 2017).

No Brasil, a primeira experiência CSA de que se tem registro surgiu em Fortaleza (Ceará) em 1997. Anos mais tarde, em 2011, foi criada a CSA Demétria, em São Paulo, onde nasce também a Associação Comunitária CSA Brasil. Desde então, as CSAs vêm se expandindo pelo país, estando hoje presentes em quase todas as regiões brasileiras, conforme site da rede CSA Brasil.

A CSA chegou em Brasília graças ao trabalho de um grupo de permacultoras que buscava implementar formas mais solidárias para escoar os produtos que cultivavam em um sítio comunitário. Tendo conhecido de perto a CSA Demétria, elas realizaram rodas de conversa para compartilhar o que haviam aprendido com a experiência de São Paulo, e, em 2015, como resultado desse esforço inicial, foram formadas as três primeiras comunidades de Brasília: CSA Barbetta, CSA Toca da Coruja e CSA Aldeia do Altiplano (Torres, 2017). A multiplicação dessas iniciativas no Distrito Federal levou à criação da Rede CSA Brasília em 2017.

De modo geral, essas experiências comungam de um mesmo princípio, qual seja, o de estabelecer e fortalecer parcerias entre produtoras e consumidoras, de modo que as responsabilidades de todo o processo produtivo e comunitário sejam compartilhadas, colocando em movimento o que McFadden (2014) nomeia de “agriculturas em solidariedade”. Nessa direção, e considerando pesquisas sobre experiências de CSA ao redor do mundo, Junqueira & Moretti (2018) chamam a atenção para um aspecto que é estruturante dessas experiências (algo que se mostra central, como veremos, nas experiências aqui analisadas):

Entre os princípios envolvidos nas relações comerciais estabelecidas entre produtores e consumidores no âmbito das articulações das CSAs, em todos os países onde a experiência ocorre, destaca-se especialmente a *confiança entre as partes*. Neste caso, a confiança está pressuposta não apenas em relação ao estrito cumprimento dos contratos – formais e/ou informais, verbais ou escritos –, mas também quanto à credibilidade nos atributos de qualidade intrínseca dos alimentos produzidos e ofertados no sistema, os quais privilegiam os modos orgânicos de produção (Junqueira & Moretti, 2018, p. 523, grifo nosso).

A CSA é, desde essa perspectiva, um compromisso compartilhado para a construção de um sistema agrícola local e justo (Soil Association, 2012). É uma experiência comunitária na qual as agricultoras e as consumidoras se associam de forma colaborativa para a produção de alimentos agroflorestais e/ou orgânicos, visando difundir um novo sistema alimentar. Não por acaso, a vasta literatura dedicada ao tema indica que, desde a perspectiva de consumidoras e produtoras envolvidas nessas iniciativas, uma das principais vantagens da CSA é o “fortalecimento dos vínculos sociais entre agentes urbanos e rurais e a recuperação das práticas alimentares tradicionais, sob a ótica da participação política e comunitária, em prol da sustentabilidade e da proteção do meio ambiente e dos recursos naturais” (Junqueira & Moretti, 2018, p. 523).

A partir do nosso engajamento com o movimento, em 2019, passamos a compreender que esses princípios circulam por meio de um processo pedagógico que é inerente à CSA; isto é, eles não são apenas princípios orientadores, mas valores ensinados/aprendidos pela/na experiência e em torno dos quais as pessoas se reúnem e se mobilizam. Nesse sentido, e expandindo nosso horizonte

compreensivo acerca da CSA, passamos a entender que as trocas não se dão apenas entre produtoras e consumidoras, mas envolvem também outras interações entre coletivos de humanos e não humanos (Latour, 2004). Ou seja, passamos a considerar a dimensão pedagógica da CSA em sentido mais amplo, incluindo aí tanto as trocas solidárias entre pessoas do campo e da cidade quanto as sensibilidades ecológicas que vão sendo tecidas entre alimentos, humanos e naturezas (o ambiente e o seres que nele habitam).

3. Os sentidos comuns do movimento CSA nas experiências brasilienses

Diante da urgência ecológica que vivemos, é uma tarefa primordial mapear e compreender os desafios que envolvem a construção de alternativas ao desenvolvimento, inspiradas nas práticas de comunalidade e economias locais de povos camponeses e autóctones (Alvarado, 2016). Um sentido comum a essas práticas é a cocriação de *outros mundos possíveis* que desafiam a lógica da monocultura, da fragmentação e do confinamento da experiência em uma história de via única (Escobar, 2014).

Na CSA, essa inspiração está presente nos princípios de parceria, localidade, solidariedade e no conjunto produtora/consumidora (Bashford *et al.*, 2013), que são comuns ao movimento, assim como nas diversas feições que esses princípios assumem nas experiências ao redor do mundo (Lagane, 2011). Enquanto alternativa local, a CSA se insere

no conjunto mais amplo de práticas econômicas de circuitos curtos que promovem o contato direto entre consumidoras e produtoras, estreitando e fortalecendo suas relações de colaboração.

Os circuitos curtos são, ademais, “práticas e inovações que permitem refletir sobre as condições de desenvolvimento, sobre as alternativas ao sistema alimentar dominante, contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (Aubry & Chiffoleau, 2009, p. 62). Com efeito, CSA e circuitos curtos são caminhos para diversificar as formas como nos alimentamos e, ao mesmo tempo, para colocar em perspectiva os modos como agimos e nos relacionamos com o mundo. Vejamos como essas ideias atravessam as experiências das CSAs que observamos mais de perto.

Conforme demonstramos na seção anterior, a história das CSAs em Brasília é marcada por um importante protagonismo feminino. Nas duas experiências com as quais nos engajamos, as agricultoras coordenam diferentes etapas do processo produtivo: são elas que articulam o diálogo com as coagricultoras², a logística e entrega dos alimentos, assim como acumulam atividades de lida com a terra, tarefas domésticas e os cuidados dos filhos. Nos grupos de gestão de cada CSA, também são as mulheres que estão na linha de frente, tecendo as relações entre as coagricultoras e as famílias agricultoras, fomentando a construção e circulação de saberes dentro da comunidade (receitas, práticas alimentares e medicinais, dentre outros).

Foi observando o protagonismo das mulheres que começamos a pensar no princípio da parceria.

² O termo coagricultora é uma autonegação que tem sido utilizada pelo movimento CSA do Brasil. Diz respeito a um processo de transição em que consumidoras são convidadas a assumirem uma relação de confiança e de corresponsabilidade pelo processo produtivo.

Tudo se inicia com a formação de um grupo de co-agricultoras (consumidoras) que se comprometem em apoiar a produção de uma (ou mais de uma) família agricultora. Elas definem, em comum acordo, o planejamento e o orçamento (anual ou semestral) da produção, no qual estão inclusos os gastos com plantio e a colheita, os custos operacionais, a remuneração das famílias produtoras, além de um fundo de reserva. O custo total é dividido em cotas mensais que são pagas antecipadamente por cada família coagricultora, garantindo as condições materiais da produção. Em contrapartida, as famílias coagricultoras recebem uma cesta semanal de alimentos frescos, sazonais, locais e orgânicos. A retirada das cestas é feita em um ponto de convivência, definido pela comunidade, que funciona também como um espaço de interação entre as pessoas.

A noção de parceria no movimento CSA visa tanto a um desprendimento das lógicas mercantis e à experimentação de economias mais solidárias (Singer & Souza, 2000) quanto à vivência em comunidade, cuja participação ativa fomenta corresponsabilidade e pertencimento. Parceria evoca, portanto, um senso de comunidade entre pessoas que compartilham, para além do espaço geográfico, ideais e utopias. Daí argumentarmos, como ficará claro na próxima seção, que a CSA pode ser pensada também como comunidade de aprendizagem, já que envolve a disposição para compartilhar o que se sabe e a abertura para aprender algo com o outro (Ferrada & Flecha, 2008).

Nas experiências que observamos, pudemos constatar que sair da dimensão da parceria para vivenciar uma participação comunitária mais efetiva não é uma tarefa fácil. Por diversas razões, o ponto de convivência, que deveria ser um lugar de encontro, muitas vezes funciona apenas como um ponto de entrega. Segundo uma coagricultora, não é que as pessoas não desejem participar, mas a correria da vida nem sempre permite (Coagricultora Jacarandá³, prosa no ponto de convivência, 2019). Um agricultor também nos relatou aspectos que dificultam a convivência:

É um pouco difícil, cada família é meio complexa, né? Não tem tempo disponível para fazer como a CSA tinha que ser, o ponto de convivência, diálogo, né? Troca de informações, esse tipo de coisa, e você vê que não tem. Por quê? Porque cada família tem os seus horários de trabalho, as crianças na escola, é muito difícil (Agricultor Angico-da-Mata, prosa no ponto de convivência, 2019).

A falta de tempo para participar como se deve nos leva às fricções que podem emergir do encontro entre os modos de vida do campo e da cidade: dinâmicas de tempo, rotinas, prioridades. Nesse sentido, uma questão sensível nas experiências brasilienses é a concentração dos pontos de convivência nas áreas urbanas. Embora não se diga explicitamente, esse arranjo acomoda, convenientemente, as dinâmicas de vida das coagricultoras que vivem nas cidades. Não obstante, os princípios de solidariedade e realocização pressuporiam, da forma como enten-

³ Visando preservar o anonimato das agricultoras e coagricultoras, suas falas serão identificadas por meio de codinomes. Cumpre informar, ainda, que todas as interlocutoras da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido no qual autorizam a referência de suas falas em caráter de anonimato.

demos, considerar também as dinâmicas de tempo, interesses e necessidades das agricultoras que vivem no campo.

Por outro lado, é fato que o encontro, quando acontece, aproxima as coagricultoras das histórias e realidades das famílias agricultoras, estreitando laços entre aquelas que cultivam a terra e produzem alimentos e aquelas que consomem e ajudam a sustentar a produção. Esses enlaces garantem, por vezes, a permanência das famílias agricultoras em suas terras e fortalecem as lutas por justiça socioambiental e territorial. Isso é particularmente potente nas experiências das famílias agricultoras assentadas da reforma agrária e vinculadas ao Movimento Sem Terra (MST), cujas vidas são forjadas na própria luta pelo direito de permanecerem em seus territórios:

[...] Eu confesso pra Deus e o mundo que a minha entrada na CSA foi uma coisa muito emocionante e dada por Deus. Teve ajuda de nós aqui da terra e do Espírito Santo: “Aqui, ó filha, esse pouquinho pra intear teus aposentos, pra tu cuidar de tua família”. E você tá vendo o tamanho de nossas dificuldades. Eu nunca esperava de ter CSA sem ter água na minha terra (Agricultora Jequitibá, prosa na roça, 2019).

O estreitamento dos laços também alcança as famílias agricultoras neorrurais que migraram da cidade para o campo com o propósito de se dedicarem à produção agrícola (Karam, 2004). São, quase sempre, famílias que dispõem das condições necessárias, apoio e recursos financeiros, para colocar em prática essa mudança. Segundo Giuliani (1990), o neorruralismo se expressa em um revigoramento do mundo rural a partir das cidades e por pessoas que desejam mudar seus estilos de vida: “a volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos

e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, [...] o desejo de relações sociais mais profundas, passaram a atrair pessoas da cidade para o campo” (Giuliani, 1990, p. 1).

É importante observar que a origem e trajetória das famílias agricultoras (tradicionais e neorrurais) podem implicar em dificuldades para se associarem às iniciativas de circuitos curtos. No âmbito da CSA, por exemplo, as famílias agricultoras tradicionais, cujas histórias são notadamente marcadas por desigualdades de acesso à terra, muito frequentemente enfrentam barreiras para se vincularem a essas redes solidárias de economia, seja por não terem ainda o direito à terra assegurado, por viverem em condições precárias, sem acesso à água ou, ainda, por não estarem inseridas nos canais de diálogo com as redes urbanas. Como nos relata um agricultor, muitas vezes há um rio de dificuldades separando esses mundos:

Pra gente sair da área rural e ir pra área urbana é quase como atravessar um rio. Sempre vai existir um rio da área rural pra área urbana. [...] Ai existem agricultores que sabem por onde atravessar o rio e outros agricultores que enfrentam o rio do jeito que ele tiver, que é uma cultura nossa, tipo assim se você é uma pessoa que sofreu muito na vida e tem muitas coisas pra se resolver socialmente, você vai enfrentar de qualquer jeito, vai nadar na braçada. Só que isso te desgasta [...](Agricultor Cajueiro, prosa no ponto de convivência, 2019).

Ou seja, se por um lado o movimento tem potencial para contribuir com a promoção de justiça socioambiental e territorial, afinal a maioria das CSAs de Brasília conta com famílias agricultoras de assentamentos, por outro, esse avanço ainda é tímido quando consideramos o grande contingente

de comunidades campesinas históricas do campo brasileiro. Além disso, a maioria das famílias coagricultoras são provenientes das classes médias e altas dos centros urbanos, de modo que o movimento nem sempre alcança as classes populares das periferias das cidades. Essas preocupações já aparecem pontualmente nas falas de muitas coagricultoras, embora ainda não tenham sido discutidas de forma aprofundada.

Outro aspecto relevante da CSA é a realociação da economia, que tende a fortalecer a identificação e a valorização do e com o mundo rural. Na experiência das agricultoras e coagricultoras das CSAs Doce Vida e Fazenda Bella, a realociação da economia potencializa e revaloriza dimensões importantes das ruralidades (seus povos, modos de vida, biomas, paisagens), ao tempo que promove uma reconexão com a terra, com a comida, com os saberes identitários e territoriais necessários à produção dos alimentos.

Entendemos, com efeito, que a realociação da economia no âmbito da CSA contribui, de muitas formas, para refundar a relação cultura/natureza pela via da produção e do consumo alternativo do alimento. De um lado, esse associativismo solidário assegura as condições materiais necessárias para que as agricultoras continuem em suas terras, produzindo comida de qualidade e sem veneno e promovendo sustentabilidade, justiça socioambiental, soberania e segurança alimentar; de outro, difunde práticas de cuidado em que se observam os limites biofísicos da natureza e as necessidades de regeneração dos ecossistemas, na contramão da lógica extrativa/mercantil que simplifica os processos ecológicos, transforma a agricultura em produtora de mercadorias e a natureza em fonte ilimitada de recursos (Shiva, 2001).

Também constatamos que a realociação alcança outras dimensões da experiência, a exemplo do processo de gestão da Rede CSA Brasília que foi criada para agregar e apoiar as Comunidades que Sustentam a Agricultura. Lançando mão de novos instrumentos de comunicação, como grupos de WhatsApp, a Rede busca facilitar o diálogo entre as agricultoras e coagricultoras, encurtando distâncias e favorecendo a escuta, o apoio mútuo, a troca de alimentos excedentes, bem como a organização de encontros e prosas, conforme nos relatou um agricultor:

A gente tem que se ajudar também como agricultores. Se a gente tem um agricultor que é parceiro e precisando de uma melhor formulação de comunidade para que ele receba mais apoio, a gente tem que tá se auxiliando, principalmente os agricultores neorrurais que têm muito contato com a cidade (Agricultor Caueiro, prosa no ponto de convivência, 2019).

Operam aí vários níveis de realociação: do comer, das relações (entre pessoas, entre pessoas e alimento, entre campo e cidade), dos territórios produtivos, da gestão da vida. A realociação dos sistemas alimentares permite ressignificar nossas relações com o alimento, com os mundos e com as pessoas que os produzem. Ainda que reunir pessoas seja um dos grandes desafios da CSA, é exatamente o encontro que viabiliza essa abertura para o outro, como nos informa um coagricultor: “*É o encontro que é o mais potente, por ser o mais sutil. Você vai comer uma comida que, você queira ou não, vai mudar sua vida, seu modo de pensar; vai fazer tudo isso e você vai achar que está passivo a tudo isso e não está*” (Coagricultor Urucum, prosa com o grupo de gestão, 2019).

Concordando com o coagricultor Urucum, entendemos que, como território de encontro e troca, a CSA instiga nossa capacidade de imaginar outras formas de produzir a existência, de se alimentar, de coexistir, de se relacionar com a diversidade humana e não humana. Uma capacidade que tem sido frequentemente solapada pela perspectiva monocultural do padrão colonial e capitalista de poder, que subjuga a sociobiodiversidade aos interesses das economias de mercado (Shiva, 2001).

O princípio da solidariedade, por sua vez, é o que garante as condições materiais da produção, afiançando às agricultoras os recursos necessários para o plantio, a colheita e o transporte dos alimentos. Enquanto no sistema convencional quem cultiva assume sozinho as despesas e os riscos do mercado (trabalho, investimento, incertezas e competição), o compartilhamento solidário do processo produtivo assegura um retorno mais justo, assim como proporciona mais autonomia no processo de produção e comercialização (Aubry & Chiffolleau, 2009). O Agricultor Cajueiro exibe uma consciência aguda sobre as dificuldades que o mercado convencional impõe às pequenas produtoras:

O escoamento dentro de um sistema capitalista de um pequeno produtor é muito complicado, a gente tem uma concorrência, que são os mercados. Eles dominam desde a logística de entrega, de compra, faz com que o preço se reduza e o produtor acaba tendo uma dificuldade maior de chegar naquele preço do mercado, seja ele orgânico ou não. A galera fala que o orgânico é muito caro. O orgânico é caro quando ele tá no mercado, o mercado sabe aproveitar as tendências e vende caro. E o pequeno produtor que planta com veneno ele já tem tanta dívida com compra de insumo, uso de maquinário que ele é obrigado a vender pelo preço que der (Agricultor Cajueiro, prosa na roça, 2019).

De que outra forma se pode escapar das amarras desse sistema senão por meio da reciprocidade, isto é, de trocas solidárias nas quais se compartilham inclusive os riscos? É esse sentido de solidariedade – em que se compartilham inclusive os riscos – que torna possível um estreitamento da cadeia de produção, que diminui as distâncias e ressignifica o consumo e a relação com o alimento. Ademais, em um contexto de alta concentração do setor supermercadista, a solidariedade torna-se um valor ainda mais relevante para a sobrevivência da pequena agricultura baseada em sustentabilidade, alimentos saudáveis e livres de veneno (Junqueira & Moretti, 2018).

O compartilhamento dos riscos envolve, com efeito, a refundação dos vínculos entre o campo e a cidade e o estabelecimento de um compromisso com a produção de alimentos saudáveis e, consequentemente, com toda a cadeia de valores que atravessa esse modelo alternativo de produção da existência (Bashford *et al.*, 2013). Nesse sentido, concordamos com a análise de Junqueira & Moretti quando afirmam que:

Para além das vantagens econômicas e financeiras tangíveis, a organização comunitária de produtores e consumidores, por intermédio das CSAs, reveste-se de importantes dimensões culturais e políticas. O contexto criado viabiliza a emergência das discussões e ações para a promoção, defesa e desenvolvimento da realidade local, estimulando posturas críticas e participativas, especialmente no que diz respeito ao espaço agrícola, ao meio ambiente e às questões sociais de emprego, ocupação, renda, saúde e educação, nas quais se integram as dimensões dos universos da criança, do jovem e da mulher (Junqueira & Moretti, 2018, p. 533).

O fortalecimento desses compromissos demanda, da forma como vemos, a promoção do encontro por meio do qual se renovam as relações de confiança. Não por acaso, as CSAs que analisamos têm apostado em diversas estratégias para promover o encontro: mudança do dia e horário do ponto de convivência; rotatividade das coagricultoras que auxiliam na entrega/montagem das cestas e na gestão do ponto de convivência; visitas aos territórios produtivos e roças; rodas de conversas e oficinas para troca de experiência entre coagricultoras; rotatividade das pessoas do grupo de gestão da CSA (grupo do coração). Ou seja, a CSA evoca uma autogestão coletiva que não está dada, mas precisa ser construída, aprendida e reaprendida na e pela prática, o que depende, em grande medida, da disposição e dos diferentes níveis de engajamento das pessoas na cocriação dessa comunidade solidária.

4. A CSA como comunidade de aprendizagem

A definição da CSA como uma comunidade de aprendizagem foi construída a partir de aspectos que identificamos durante o desenvolvimento da pesquisa e que nos parecem intrínsecos a essa experiência. Por outro lado, as reflexões que se desdobram dessa definição comportam também uma certa dose de utopismo que aponta não necessariamente para situações factuais, mas, antes, para potencialidades latentes, ainda não exploradas ou devidamente compreendidas, que, desde nossa perspectiva, estão presentes no âmbito das CSAs analisadas.

Dessa feita, nosso ponto de partida é o reconhecimento de que as práticas que oferecem resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento,

e às suas lógicas predatórias e individualistas, comportam um potencial pedagógico que lhes é inerente. Logo, enquanto alternativa econômica baseada em princípios de solidariedade, alimentação saudável, mercado justo, sustentabilidade e justiça socioambiental, a CSA constitui uma comunidade de aprendizagem que suscita outros modos de coexistir. Em uma palavra, fomenta sensibilidades ecológicas que podem transformar a forma como habitamos o mundo e como nos relacionamos com nossas alteridades (humanas e não humanas).

Adotamos aqui a noção de comunidade de aprendizagem tal como proposta por Ferrada & Flecha (2008). Para esses autores, trata-se de uma noção que designa práticas (escolares e não escolares) em que se constatam um engajamento efetivo das pessoas na construção de um projeto comum. O que determina a CSA como uma comunidade de aprendizagem é o caráter pedagógico a ela inerente, os diálogos e as trocas que ela fomenta e por meio dos quais se ensina/aprende outra forma de ser/estar no mundo. Trata-se, da forma como entendemos, de uma pedagogia ecológica, decolonial e em rede.

Tal como definida pela Ciência da Educação, a Pedagogia abarca o conjunto de técnicas, métodos, estratégias, didáticas e conteúdos de aprendizagem, bem como as concepções e os fundamentos que informam as mais diversas práticas educativas (Gadotti, 1990). Pedagogia não se restringe, contudo, aos processos de escolarização, uma vez que outros espaços (não formais) nos quais igualmente se ensinam e se aprendem valores, saberes e condutas, também desenvolvem suas pedagogias. Pensadores como Freire & Nogueira (1993), Arroyo (2017), por exemplo, dedicaram parte de suas obras à compreensão das pedagogias populares, isto é, das formas próprias de ensinar e aprender que são forjadas pelas

classes e movimentos populares por meio de seus processos de mobilização, luta por direitos, formas de auto-organização comunitária e estratégias de r-existência (Gonçalves, 2002).

Povos autóctones (indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais) também desenvolvem e praticam pedagogias próprias. As pedagogias indígenas, quilombolas, camponesas, caboclas, pescadoras, para citar algumas, são formas culturais próprias de ensinar e aprender o jeito de ser de cada povo. É por meio delas que se mantém viva a memória coletiva que sustenta e alimenta as identidades e os pertencimentos; que se garante aos novos membros da comunidade a transmissão dinâmica dos saberes (a língua, as técnicas, as rezas e os cantos, as agriculturas, as medicinas, as artes, as cosmologias) que tornam possível construir um modo singular de vida (Luciano, 2013).

Em síntese, é por meio de suas pedagogias próprias que os povos autóctones mantêm, transmitem e atualizam seus regimes de conhecimento e suas formas de produzir sentidos sobre o mundo. Manter esses conhecimentos vivos e em movimento, é fundamental para a autogestão de seus territórios de vida, para o manejo do ambiente que garante a produção material e imaterial da existência, para a mediação das relações entre entes humanos e não humanos e, conseqüentemente, para a continuidade do modo de coabitar o mundo que aí é produzido (Zaks & Silva, 2017).

É este sentido de pedagogia própria, encontrado nas práticas educativas das classes populares e dos povos autóctones (para ficar apenas nesses exemplos), que tomamos emprestado para olhar mais de perto o caráter pedagógico das CSAs. O *próprio* refere-se, aqui, tanto àquilo que brota de forma espontânea e singular da experiência quanto

às práticas desvencilhadas dos formalismos e do confinamento escolar, institucional. Ele demanda, portanto, abertura para saber-fazer junto, criatividade e imaginação coletiva.

A pedagogia própria da CSA se aproxima, em seu potencial transgressivo, das pedagogias decoloniais produzidas em contextos de luta contra as estruturas hegemônicas de poder/saber e em favor da valorização das cosmovisões e dos saberes que foram subalternizados e racializados pela modernidade/colonialidade. Nos termos propostos por Walsh (2013, p. 28, tradução nossa), são “Pedagogias que incitam possibilidades de ser, sentir, existir, fazer, pensar, olhar, ouvir e saber de outra forma, pedagogias direcionadas e ancoradas em processos e projetos de caráter, horizonte e intenção decolonial”. Pedagogias decoloniais, com efeito, mobilizam epistemologias outras – como as de comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas – que fomentam sensibilidades e relações ecológicas simétricas entre humanos e não humanos (Zaks & Silva, 2017).

4.1. A CSA como pedagogia do encontro: ecológica, decolonial e em rede

Na CSA, a principal dimensão pedagógica é o encontro. Como afirmamos anteriormente, é no contato direto com as famílias agricultoras, em diferentes etapas da produção e da circulação do alimento, que ocorre o compartilhamento de práticas e saberes alimentares e a vivência de valores de sustentabilidade, reciprocidade e justiça socioambiental. Mas, não só. Para além dessas trocas que motivam e predisõem as pessoas a se engajarem na construção de uma Comunidade que Sustenta a

Agricultura, aí também ocorrem outros aprendizados. A experiência parece suscitar nas pessoas uma disposição de reconexão com a natureza, com suas paisagens, sistemas e formas de vida. Em algumas narrativas de agricultoras e coagricultoras, por exemplo, a natureza já não expressa um *mundo lá fora*, ao contrário, evoca a natureza como um nós, um todo, que habitamos e que nos habita.

Temos buscado compreender essas pequenas transformações no modo de entender a relação cultura/natureza como disposições e sensibilidade ecológicas suscitadas pela/na vivência da CSA. Embora nem sempre sejam conscientes ou estejam claramente formuladas, essas sensibilidades e disposições ecológicas apontam para uma “experiência comunitária acerca de como viver” que inclui em nossa comunidade humana outras formas de existência (Ingold, 2019, p. 7). É esse precisamente o exercício de imaginação que propomos aqui: refletir sobre a CSA como uma experiência pedagógica, ecológica, decolonial e em rede que expande nossos sentidos de mundo; dito de outro modo, como uma experiência que tem potencial para expandir o encontro, para nos ensinar outras formas de viver a condição humana, de “inventar maneiras originais de habitar a terra”, de coexistir em reciprocidade com os entes não humanos (Descola, 2016, p. 27). Afinal, criar novos modos de ser e viver demanda a transformação da forma como temos pensado e conhecido o mundo, o que implica reconhecer a participação dos outros seres na conformação de nossas experiências, sejam elas materiais ou subjetivas. Dito de outro modo:

Conhecer é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação com outros organismos e seres que habitam o mesmo mundo, e não uma prerrogativa

humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional. Torna-se, assim, impossível dissociar a mente do corpo, a cultura da natureza, o conhecimento da experiência. Para conhecer, a partir da perspectiva ecológica, é necessário estar imerso na matéria e no mundo através do engajamento contínuo no ambiente (Steil & Carvalho, 2014, p. 164).

É preciso dizer, contudo, que esses *encontros outros* ainda padecem de incompreensão não apenas no âmbito da CSA, mas em todas as experiências humanas que são fortemente orientadas por perspectivas antropocêntricas, dualistas, extrativas e instrumentais. Por isso mesmo, explorar a potencialidade pedagógica das relações entre humanos e não humanos no âmbito de iniciativas que resistem às lógicas econômicas predatórias é uma forma de conferir visibilidade a esses encontros que efetivamente acontecem, que nos atravessam mesmo quando não temos plena consciência deles ou quando não os compreendemos adequadamente.

Se na lógica capitalista, que instrumentaliza e artificializa o mundo vivo, não podemos sequer imaginar outras relações com os seres não humanos que não seja de dominação e controle, os povos autóctones, cujas práticas e modos de vida inspiram iniciativas como a CSA, têm muito a nos ensinar sobre ontologias relacionais e a pluriversalidade dos mundos. Vem daí nosso interesse em indagar o que surge do encontro com os alimentos, de interpelar sobre o que eles têm nos ensinado e que ainda não somos capazes de compreender em razão dos nossos imaginários reducionistas que negam a agencialidade de entes não humanos e a interdependência entre cultura e natureza.

Ao ser indagada sobre o que os alimentos ensinam, entre surpresa e perplexidade, uma agricultora respondeu:

Isso é tudo que ela [silêncio]. Nossa! Tô quase abraçando a planta! É tudo isso que ela passa. Nossa, nunca tinha pensado nisso. Todo esse conhecimento que ela passa [silêncio]. Eu nem tinha percebido que eu pensava tudo isso. Eu vejo que a minha empatia com os alimentos aumentou mais e mais (Agricultora Pequi, prosa no ponto de convivência, 2019).

Em outra ocasião, quando instigamos um agricultor a refletir sobre a relação entre humanos e alimentos, ele nos ensinou sobre dádivas, sentimentos e saberes que emergem dessa interação: “*aprender a ser paciente, saúde, gratidão, estranhamentos, desafios e afeto*”. Para o Agricultor Angico-da-Mata, os alimentos nos ensinam a “*valorizar o trabalho, porque é ele que dá sustento*”. Nos ensinam, portanto, outras formas de “sentipensar” o alimento e o trabalho que o produz (Escobar, 2014).

Outra coagricultora nos oferece uma visão potente sobre a agência do alimento e seu caráter mobilizador. Segundo ela, “*os alimentos, na experiência da CSA, podem ser considerados como eixo articulador das relações*” (Coagricultora Ipê Verde, prosa na cozinha, 2019). São em torno deles que a experiência acontece, que se travam os diálogos, que se constroem as aprendizagens. É precisamente isso que nos leva a afirmar que a base da pedagogia da CSA é vegetal, o que inclui o alimento, o cultivo da terra, os valores de sustentabilidade (biofísica, material e cultural) e justiça socioambiental.

Ao propor a ativação política e epistemológica da conversação como método e prática de viver, conhecer, agregar, aprender e reaprender, Valencia (2016) também oferece elementos para argumentarmos em favor de um *encontro pedagógico mais que humano*, o que no caso da CSA inclui natureza, territórios de vida e alimentos. Para o autor, “conversar significa estar com e em meio a sujeitos,

objetos, lugares, ambientes e relações, tudo dentro de uma atmosfera, um espírito e um clima cognitivo, onde é possível apreender dimensões só observáveis através do acercamento afetivo” (2016, p. 40). As coagricultoras Pequi e Bacupari nos narraram situações que expressam a potência epistêmica da conversação:

Um momento maravilhoso, quando foi época de festa junina, aí o Agricultor fez uma fogueira, isso foi num dia de pegar a cesta, e aí só aquele momento foi muito gostoso, respirar mais, e ter uma conversa com o Agricultor bem legal sobre meio ambiente, de como vai o futuro, as coisas, as plantas, o agrotóxico e aí vai me deixando mais humana, aterrada e mais centrada [risadas] (Agricultora Pequi, prosa no ponto de convivência, 2019).

Com a Sumaúma e o Cajueiro a gente sempre faz trocas [...] sobre receitas, sobre os benefícios da comida em si, então aprende novas formas de preparar alimento e de conhecer até uma ancestralidade, porque as receitas que a Sumaúma passa não teria acesso tão fácil, por mais que tenha internet tem todo um toque afetivo (Coagricultora Bacupari, encontro no ponto de convivência, 2019).

Essas narrativas também sugerem que quando o acercamento afetivo entrelaça humanos e não humanos, mais se potencializa o caráter pedagógico do encontro. Do mesmo modo, o território de vida que aproxima o campo e a cidade parece fortalecer o desejo de aprender com o outro. No caso das CSAs que acompanhamos, isso se revela na possibilidade de acercar-se fisicamente da realidade rural e de todas as dimensões que ela compreende, principalmente para coagricultoras que ao longo de suas vidas tiveram pouco ou quase nenhum vínculo

com o campo. É o que nos ensina o coagricultor Ipê:

[...] Eu só entendi isso da primeira vez que eu vim aqui [na fazenda], acho que isso faz muita diferença. A primeira vez que eu botei o pé aqui, que eu vim com o Agricultor Cajueiro [codinome do agricultor], que ele me contou a história da terra, me explicou do avô dele, da mãe dele e eu entendi a conexão dele com a terra, que eu fui entender o tempo que ele se dedica, o tanto que ele aprende e já aprendeu com a terra, isso pra mim é tudo. Porque lá [no ponto de convivência] a gente tem uma convivência legal, ela é boa mais é mais rasa, aqui a convivência é profunda. A gente veio 1 hora conversando e eu sou curioso então perguntei: e aí como que é lá? O que você quer fazer aqui? O que é isso? Pô tem vaca aqui? E essa planta aí? Então é isso, a primeira vez que eu vim aqui mudou tudo (Coagricultor Ipê Amarelo, prosa durante visita à fazenda, 2020).

Além de expressar a potência transformadora que a aproximação entre o campo e cidade opera nas experiências individuais, a vivência desse agricultor reitera uma vez mais que o encontro promove o acercamento afetivo, a empatia, o reconhecimento da alteridade; conforma espaços de escuta e diálogo que potencializam e retroalimentam a coletividade e o sentimento de pertencimento a uma comunidade expandida. Esse processo de retroalimentação também fica evidente nos encontros entre diferentes CSAs, nos quais a noção de rede é evocada como o lugar de aprendizagens colaborativas que conectam os coletivos (CSA, Grupo de Gestão da Rede, pontos de encontro, sítios):

[...] A gente tá num processo de reaprendizagem empírica, na tentativa e erro, de certa forma a rede tem esse potencial, de tentar ser o facilitador dessas experiências ou de trocas de experiências pra gente facilitar esse caminho. Não é fácil, você tem que tá

mesmo disposto a participar de um projeto que é mesmo incrível, mais que tem vários desafios. Eu acho que a rede como catalizador de trocas, pode facilitar esse processo de reaprendizagem colaborativa. Acho que esse seria o grande potencial da rede (Coagricultora Peroba, prosa no grupo de gestão, 2019).

É interessante notar que a noção de rede que define a gestão das CSAs faz emergir uma compreensão mais ampla de que vivemos em emaranhados de muitas outras redes, compartilhando saberes entre comunidades. Conversando com um agricultor sobre a Rede CSA, suas limitações e desafios, perguntamos: Mas por que a Rede? Por que não cada um por si? No que ele nos respondeu: “sozinho não tem como, a gente tem que trocar experiências, talvez os mais próximos trocar até produtos” (Agricultor Angico-da-Mata, prosa no ponto de convivência, 2019). Dessa maneira, o movimento que nasceu e foi tecido em rede na cidade de Brasília nos permite afirmar que o que impulsiona essas experiências são justamente as relações enredadas (os encontros), de onde emergem trocas, saberes, práticas e ideias que potencializam as aprendizagens.

Contudo muitas vezes o encontrar é dificultado, como vimos, principalmente pela falta de tempo e pela correria dos espaços urbanos. Nas prosas que realizamos, principalmente com coagricultoras, é recorrente a vontade de querer participar mais, como nos contou um coagricultor:

Acho que a gente vive muito consumista. Hoje, por exemplo, o dia é todo contadinho. Eu vou lá pego a cesta, pego meu filho na escola, e como eu atrasei um pouquinho eu falei pro meu filho que tem 16 anos, ele tá voltando pra casa. Aí tô me permitindo conversar com você um pouco mais de tempo, mas assim que eu chegar em casa eu vou preparar o almoço rapidinho pra família. Isso é muito bom fazer. E você se permite

fazer as coisas com mais vagar sabe, claro que você tem que prestar atenção no relógio, mas de vez em quando tem que fazer as coisas com mais vagar e sentir um pouco mais o que você tá fazendo. É bom, é uma conexão um pouco mais... e você se permite momentos de conexão (Coagricultor Pequiá, prosa no ponto de convivência, 2019).

Corroborando a análise do coagricultor, a dinâmica do tempo urbano vai desbotando em nós os sentidos do pertencimento comunitário. Para Valencia (2013), a economia é um sistema cultural, portanto, o exercício de uma prática econômica solidária proporciona a aprendizagem de outras culturas, outras formas de se relacionar. O problema é que, em um mundo monoculturalizado, nem sempre nos é dado escolher. Na maioria das vezes, as opções já foram pré-selecionadas para nós e nem sempre incluem outras alternativas econômicas.

Por isso mesmo, nas palavras de uma coagricultora, precisamos nos movimentar e contrapor à paralisia moderna. Assim sendo, os encontros com os alimentos (por meio do cultivo, do preparo e do consumo), com as agricultoras, com a natureza e seus seres, com os territórios produtivos (roças), e mesmo os encontros “apressados” no ponto de convivência, são oportunidades de ensinar/aprender outros tempos-afetos possíveis, outras formas de coexistir e se relacionar.

Uma pedagogia do encontro (ecológica, decolonial e em rede) exige levar a sério dimensões da vida que são desprezadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, como, por exemplo, a gestão e a partilha dos cuidados. Na CSA, esses cuidados são centrais e praticados de diferentes formas: na troca de receitas e dicas de armazenamento e preparo de alimentos; na escuta e acolhimento das dificuldades enfrentadas pelas coagricultoras e

agricultoras; nos processos de autogestão do grupo; na pactuação e gestão de combinados coletivos; e no fortalecimento dos vínculos afetivos entre as pessoas. Essas aprendizagens não deixam, contudo, de serem atravessadas por relações de poder, consumismo, individualismo. Por isso mesmo, como sugere Escobar:

É importante [...] começar a pensar seriamente sobre como reconstituímos a reciprocidade e a comunalidade nos ambientes urbanos e nos espaços mais marcados pela modernidade, inclusive entre aqueles grupos em que o regime cultural do indivíduo e o mercado penetraram mais profundamente a nível dos imaginários e das práticas (Escobar, 2014, p. 60, tradução nossa).

Nesse sentido, entendemos a CSA como um movimento que pode colaborar na reconstituição do que Escobar (2014) chama *la relacionalidad y la comunalidad* em espaços urbanos, justamente porque ela amplia o debate sobre os desafios de “refletir-e-viver” a cidade, de desconstrução e reconstrução dos espaços, práticas e imaginários predominantemente modernos. Isto é, amplia o debate sobre as possibilidades de reabitar a cidade com outros modos de vida.

Do mesmo modo, ainda que a ideia de fazer parte de um coletivo de humanos e não humanos, como nos propõe Latour (2004), soe para muitos como uma extravagância, um idealismo e/ou uma abstração, não se pode negar a força heurística dessa enunciação. De muitas formas, ela nos dá a oportunidade de interpelar a grande divisão cultura/natureza e, conseqüentemente, coloca-nos diante da evidência incontornável de que, queiramos ou não, coabitamos o mundo como uma comunidade expandida.

É com esse espírito que refletimos sobre as potencialidades pedagógicas da CSA (ecológicas, decoloniais e em rede): como uma experiência coletiva que inspira outros modos de coabitar o mundo. É, com efeito, uma pedagogia viva, em construção, por meio da qual se pode experimentar outras utopias e cocriar economias alternativas, colaborativas e solidárias de produção da vida.

5. Considerações finais

O potencial político e pedagógico da CSA reside em sua capacidade de fomentar laços de cooperação entre famílias agricultoras e coagricultoras para a produção de alimentos saudáveis e para a promoção de comércio justo e sustentabilidade, favorecendo relações mais afetivas e recíprocas com os mundos rurais sem os quais os mundos urbanos não se sustentam. A CSA reforça algo que os povos tradicionais (indígenas, quilombolas e PCTs) há muito compreendem e vivem: para construirmos outros mundos possíveis, necessitamos de outras economias e ecologias. No caso das experiências que conhecemos, esse processo é pedagogicamente potente, mas, também, atravessado por desafios e contradições.

A falta de tempo e a pressa, típicas das dinâmicas urbanas, dificultam uma participação mais ativa das coagricultoras. Além disso, se por um lado a CSA ajuda a realocar os mercados, difundir práticas econômicas mais solidárias e garantir uma alimentação de qualidade e sem agrotóxicos, por outro, ainda é majoritariamente constituída por coagricultoras e agricultoras das classes média e alta e por um tipo de produção e consumo que não alcança de forma expressiva os movimentos

campe sinos históricos, nem as classes populares dos centros urbanos.

Apesar dos limites e desafios que atravessam os associativismos econômicos como a CSA, as experiências que analisamos têm demonstrado que é possível construir formas colaborativas de produzir, consumir e se relacionar com o alimento. Identificamos aí desde famílias urbanas que têm tido a oportunidade de viver da produção agrícola a trabalhadoras rurais que veem seus filhos e familiares retornando ao campo com condições dignas de trabalho. Muitas dessas famílias agricultoras, que no passado tiveram que se submeter aos atravessadores por não terem outras opções para escoar a produção, hoje têm a garantia da venda de seus alimentos e a possibilidade de vivenciar relações de confiança que vão além do vínculo comercial.

As transformações não se limitam à realidade econômica e territorial das famílias agricultoras. As consumidoras que trilham os caminhos de aprender a ser coagricultoras também reconhecem transformações tanto em suas vidas pessoais quanto nas suas práticas alimentares e de consumo. Esse processo envolve sair de um lugar que somente recebe para assumir uma posição de corresponsabilidade com as alteridades, o que demanda abertura para outros saberes e para aprender em comunidade.

A CSA, enquanto comunidade de aprendizagem que exhibe uma pedagogia própria, fomenta ensinamentos que transcendem a simples intencionalidade de produzir, comercializar e consumir alimentos saudáveis por meio de arranjos alternativos que escapam à lógica capitalista. Aqui também se aprende sobre a trajetória das famílias agricultoras e suas lutas pelo direito de acesso à terra; sobre as temporalidades, dinâmicas e limites biofísicos da natureza que incidem na produção do alimento e da

vida; sobre a possibilidade de expandirmos nossos sentidos de mundo, reconhecendo a agência do alimento, da natureza e seus habitantes enquanto seres que participam ativamente de nossas experiências.

Referências

Acosta, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

Alier, J. M. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Editora Contexto, 1. ed., 2011.

Alvarado, B. M. Perspectivas de la comunalidad en los pueblos indígenas de Oaxaca. *Bajo el Volcán*, 16(23), 151-169, 2016. Disponível em: <http://www.apps.buap.mx/ojs3/index.php/bevol/article/view/1292>

Arroyo, M. G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

Aubry, C.; Chiffolleau, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture péri-urbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. In: *Colloque Agriculture péri-urbaine*. Versailles, 5 de maio, 2009.

Bashford, J.; Cross, K.; Eichinger, W.; Georgakakis, A.; Iserte, M.; Kern, F.; Lešinský, D.; Pabst, S.; Parot, J.; Pérenyi, Z; Valeška, J.; Wendland, M. *European handbook on community supported agriculture: sharing experiences*. Aubagne: Urgenci, 2013.

Beck, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 1. ed., 2010.

Benini, M. L. de A. *Transição agroecológica na perspectiva do consumo: um olhar etnográfico para um grupo de CSA (Community Supported Agriculture)*. Campinas, Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – UNICAMP, 2018.

Carson, R. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 1. ed., 2010.

Cavalcanti, C. Sustentabilidade: manta ou escolha moral. *Estudos Avançados*, 26(74), 35-50, 2012. doi: 10.1590/S0103-40142012000100004

Descola, P. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

Escobar, A. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones Unaula, 2014.

Ferrada, D.; Flecha, R. El modelo dialógico de la pedagogía: un aporte desde las experiencias de comunidades de aprendizaje. *Estudios Pedagógicos*, 34(1), 41-61, 2008. doi: 10.4067/S0718-07052008000100003

Freire, P.; Nogueira, A. *Que fazer: teoria e prática da educação popular*. Petrópolis: Editora Vozes, 4. ed., 1993.

Gadotti, M. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 3. ed., 1990.

Giuliani, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5(14), 1990. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/223-rbcs-14>

Gonçalves, C. W. P. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. *Geographia*, 4(8), 30-44, 2002. doi: 10.22409/GEOgraphia2002.v4i8.a13431

Henderson, E.; Van En, R. *Sharing the harvest: a citizen's guide to Community Supported Agriculture*. Vermont: Chelsea Green Publishing, 2007.

Ingold, T. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

Junqueira, A. H.; Moretti, S. L. do A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 26(3), 517-538, 2018. doi: 10.36920/esa-v26n3-2

Karam, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 303-320, 2004. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100016

Lagane, J. Du teikei à l'AMAP, un modèle acculturé. *Développement Durable & Territoires: Économie, Géographie, Politique, Droit, Sociologie*, 2(2), 2011. doi: 10.4000/developpementdurable.9013

Latouche, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Editora WMF, 1. ed., 2009.

-
- Latour, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. São Paulo: Edusc, 2004.
- Luciano, G. J. dos S. Educação indígena no país e direito de cidadania plena. *Revista Retratos da Escola*, 7(13), 345-357, 2013. doi: 10.22420/rde.v7i13.310
- McFadden, S. Community farms in the 21st century: poised for another wave of growth? *Rodale Institute*, 12 de dez., 2014. Disponível em: <<https://drlorand.files.wordpress.com/2014/11/part-i-community-farms-in-the-21st-century-poised-for-another-wave-of-growth-copy.pdf>>. Acesso em: 13 de abr. 2022.
- Meadows, D.; Meadows, D.; Randers, J.; Behrens III, W. *Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- Oliveira, F. A. de. *Comunidade que sustenta a agricultura: entendendo as CSAS de Belo Horizonte e analisando suas possibilidades e desafios*. Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado em Administração) – UFMG, 2018.
- Preiss, P. V. *As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, 2017.
- Romeiro, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, 26(74), 65-92, 2012. doi: 10.1590/S0103-40142012000100006
- Shiva, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- Singer, P.; Souza, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Soil Association. *A share in the harvest: an action manual for community supported agriculture*, 2012. Disponível em: <https://communitysupportedagriculture.org.uk/wp-content/uploads/2016/05/A-Share-in-the-Harvest-Action-Manual_2012.pdf>. Acesso em: abr. 2022.
- Steil, C. A.; Carvalho, I. C. de M. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. *Mana*, 20(1), 163-183, 2014. doi: 10.1590/S0104-93132014000100006
- Torres, C. L. *Comunidade que sustenta a agricultura: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília*. Brasília, Dissertação (Mestrado em Design) – UnB, 2017.
- Valencia, O. Q. Economía, ecosimias y perspectivas decoloniales: elementos sobre visiones y prácticas de diferencia económica/cultural. In: Walsh, C. (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Ediciones Abya-Yala, v. 1, p. 102-143, 2013.
- Valencia, O. Q. La conversación o el “interaccionismo conversacional”: pistas para comprender el lado oprimido del(os) mundo(s). *Calle 14 – Revista de Investigación en el Campo del Arte*, 11(20), 34-53, 2016. doi: 10.14483/udistrital.jour.c14.2016.3.a03
- Veiga, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- Walsh, C. (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Ediciones Abya Yala, v. 1, 2013.
- Zaks, A. J. B. F.; Silva, A. T. R. da. Narrativas de resistência: ensinamentos do caso Guarani e Kaiowá para uma educação ambiental intercultural. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 150-169, 2017. doi: 10.14295/remea.v0i0.7149